

Arsênio Firmino de Novaes Netto ¹
Victor Cláudio Paradela Ferreira ²
José Luís Corrêa Novaes ³
Delander da Silva Neiva ⁴

A TEORIA CRÍTICA NO ESTUDO DA ADMINISTRAÇÃO

Resumo

O ensaio de Horkheimer e Adorno vai além da supressão da discórdia entre razão subjetiva e objetiva, ao apresentar-se como alternativa epistemológica ao discurso funcionalista dominante, para que as relações entre as pessoas ocorram sem dominação, e com o uso sustentável da natureza. Aborda a submissão do Brasil ao capitalismo transnacional, pela retrospectiva histórica sobre o panorama socioeconômico e político do país em busca do frustrado desenvolvimento nacionalista. Aprofunda a discussão sobre Administração, área do saber com característica aplicada, e da conveniência estratégica de deixar de ser considerada apenas como demandante de conhecimento prático, técnico e profissionalizante de gestão.

Palavras-chave: Teoria crítica, Emancipação, Interdisciplinaridade.

CRITICAL THEORY IN THE STUDY OF ADMINISTRATION

Abstract

Horkheimer and Adorno's essay goes beyond the Suppression of discord between subjective and objective reason, by presenting itself as an alternative functional dominant speech, epistemological for relationships between people occur without domination, and with the sustainable use of nature. Covers Brazil's submission to the transnational capitalism, by the historical retrospective on the socio-economic and political landscape of the country in search of frustrated nationalist development. Deepened discussion on administration, knowledge area with feature applied and strategic convenience to stop being considered only as plaintiff of practical knowledge, technical and management training.

Keywords: Critical theory, Emancipation, Interdisciplinarity.

(1) Professor do curso de Administração da Faculdade Atenas - Paracatu, MG. arsenio.novaes@gmail.com

(2) Professor do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG. victorclaudio@uol.com.br

(3) Professor do Centro Universitário Metodista do IPA. jl.novaes@uol.com.br

(4) Professor do curso de Administração da Faculdade Atenas - Paracatu, MG. delander@atenas.edu.br

Introdução

O trabalho tem sua origem com o surgimento do ser humano e era desenvolvido de forma prazerosa na criação e na construção de sentidos, associado ao sustento; “o trabalho em seu sentido original – como produtor de valores de uso -, isto é, do metabolismo entre homem (sociedade) e natureza [...] direcionado para as transformações dos objetos naturais, desencadeados pelas necessidades sociais” (LUKÁCS apud ANTUNES, 2007, p.138-139). A propriedade privada surgiu por conta do excedente da produção. O dono passou a subordinar seus colaboradores, transformando-os em empregados, com a conseqüente supressão da autonomia. A partir da Revolução Industrial, as desigualdades sociais entre capital e trabalho se aprofundaram. A socialização do ser humano acontece a partir de instituições como família, escola, igreja, organizações, associações culturais e esportivas, entre outras. Para Merton (1970), o mundo é regido pelas esferas culturais, enquanto Luckás (2013) entende o trabalho como categoria fundante do ser social. Tais instituições tendem a marcar os sujeitos e servir de base para decisões futuras – recursividade – quando estes forem transformados em atores sociais e chamados a agir para criar ou modificar instituições a partir de suas cognições, habilidades e poder (GIDDENS, 1986).

Na atividade laboral, o ideal é que a carreira profissional seja alicerçada por valores morais e éticos na formação de uma consciência cidadã, pois “a integridade pessoal contrasta com o oportunismo interesseiro, da mesma forma que a integridade pública se contrapõe à corrupção ou à apropriação de bens organizacionais em proveito próprio” (SROUR, 2005, p. 307). A “guerra cultural”, na qual o indivíduo é incapaz de perceber distorções e falsificações da realidade (ideologia) “se deve, pelo menos em parte, às forças hegemônicas a promoverem uma educação acrítica pela fragmentação do conjunto de conhecimentos, tornando muito difícil aos estudantes articularem conexões entre eventos históricos, em busca de uma compreensão crítica da realidade” (MACEDO e BARTOLOMÉ, 1998, p. 13). Portanto, a escola, enquanto instituição pública criada pela sociedade para educar as futuras gerações, deve se preocupar também com a construção da cidadania. 1

Assim, resultante do processo histórico, o ensino, igualmente fragmentado, não fala da vida que é multiplicidade articulada, mas de um cenário irreal, no qual cada saber tem o seu lugar e não se comunica com os demais (GALLO, 2006). Pior: a educação tornou-se dependente do mundo do trabalho e a ele deve servir. Entretanto, o papel da educação é fundamental - formar integralmente o cidadão e evitar que ele seja tido como um recurso, um produto, em mercadoria, o primeiro elemento do custeio a ser cortado, mas um ser emancipado.

A competência humana é apenas outro nome para a cidadania, e como esta, aponta para o processo emancipatório. Emancipação significa o processo histórico de conquista da condição de sujeito coletivo e autônomo. A emancipação depende, substancialmente, entre outros requisitos, da formação da consciência crítica, sem a qual não nasce o sujeito histórico, capaz de ultrapassar a condição de massa de manobra (DEMO, 2011, p. 4).

A Teoria Crítica representa, nesse contexto, uma alternativa na interpretação da realidade social, ao proporcionar uma percepção mais apurada do modelo de pensamento dominante. Oficialmente, a expressão Teoria Crítica surgiu, em 1937, como fruto das reflexões e concepções derivadas do ensaio de Horkheimer e Adorno, com o título de Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Na essência, ela propõe o rompimento dos obstáculos e a neutralização das forças organizadas que impedem o dever ser, o desejável, a realização plena do indivíduo com a transformação do mundo social. Uma das bases desse pensamento é a crença de que, “o capitalismo não consegue colocar os direitos humanos acima do mercado, ou fazer do mercado instrumento dos direitos humanos; sua tendência é inverter esta relação de meio e

1 Lei nº 9.394/2014, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação.



fim, mesmo no welfare state²” (DEMO, 2011, p.1).

Os problemas intrínsecos ao sistema capitalista têm se agravado sobretudo nas últimas décadas. Diferentemente da sociedade anterior, que também desmontou a realidade herdada, a pós-modernidade pauta por uma proposta provisória e passageira, pois nada mais é feito para durar (BAUMAN, 2003). O resultado é a descaracterização de sucessos passados que não aumentam nem garantem a probabilidade de futuras vitórias. O trabalho realizado até ontem, considerado inovador e de qualidade, é simplesmente descartado juntamente com o seu agente: “Na era das incertezas, a estabilidade é totalmente irreal: a segurança inexistente, a injustiça é um fato real, os conflitos fazem parte do cotidiano do ser, e a desigualdade social é existencial” (BAUMAN, 2003, p. 14).

Por isso, a abordagem dialética revela-se necessária para a reflexão crítica da sociedade e seus fenômenos estruturais devidamente contextualizados. O objetivo é a busca da compreensão do que ocorre no âmbito societário e as consequências de uma moralidade baseada em valores econômicos em oposição aos valores humanos, fruto de sua correlação com as forças que lhe dão origem, como a formação do capitalismo e a industrialização.

Nessa mesma direção deve ser analisado o papel das pessoas nas organizações, buscando-se uma percepção mais apurada das contradições inerentes aos arranjos organizacionais contemporâneos. No contexto de surgimento da Teoria Crítica, os preceitos da abordagem taylorista/fordista predominavam de maneira quase absoluta nas organizações. Apesar das abordagens humanistas da Administração, a partir de meados do século XX, muitas vezes as práticas a elas subjacentes revelaram-se utilitaristas, mais focadas na simples maximização da produtividade do que propriamente na revisão dos modelos de gestão, o que tornam o ser humano um mero fator de produção.

A partir do final década de 1980, com a eclosão de profundas mudanças na ordem política e econômica mundial, novas ideias surgiram no campo da Administração, emergindo conceitos como gestão da qualidade total, reengenharia empresarial, produção enxuta, empresas flexíveis e novos modelos de relações trabalhistas. Apesar de, aparentemente, essas propostas serem contraditórias ao modelo taylorista/fordista, uma análise mais profunda revela que elas perpetuam as injustiças e contradições do modo de produção tradicional. A Teoria Crítica pode servir de base a uma interpretação mais lúcida dos modismos que tomaram conta da gestão organizacional, e revelar suas contradições.

Explorando aspectos históricos

Para melhor entendimento dos postulados da Teoria Crítica, convém revisitar seu contexto original. O século XX pode ser considerado, dentre outras características como “o século dos extremos”, o mais “curto” da história da humanidade, o mais violento, o mais agressivo e o mais conflituoso de todos (Hobsbawm, 2001). Nesse período ocorreram transformações radicais na ciência, na tecnologia, nos meios de comunicação, na cultura, na sociedade. A imposição de padrões econômicos e sociais globalizantes determinou o fenômeno da tendência econômica de internacionalização dos mercados.

O lapso temporal a partir de 1914, é considerado por Hobsbawm uma era de catástrofes com a derrocada da sociedade liberal do século XIX: guerras mundiais, revoluções sociais e o colapso ou a derrota das instituições democrático-liberais praticamente por toda a parte.

A década de 1930 foi marcada, sobretudo, pelo choque de duas correntes de pensamento: liberalismo e socialismo. O avanço socialista consolidou-se na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), enquanto o liberalismo entrou em crise, provocada pela

² Estado garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

disjunção econômica de 1929, e abriu espaço para o fascismo e suas manifestações na Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, resultante da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marco determinante dos destinos da humanidade.

Mas não se pode esquecer os horrores do fascismo e principalmente do nazismo e dos campos de concentração; os mortos e as destruições provocadas pela Segunda Guerra Mundial, a bomba atômica – primeira encarnação histórica objetiva de um possível apocalipse (Le Goff, 1992).

Terminada a guerra, o panorama socioeconômico e histórico-político passou por alterações. A Europa saiu arruinada e os Estados Unidos, maiores credores do mundo, passaram a ser o centro econômico mundial e a maior potência militar do planeta, instituída sob a bandeira do iluminismo. Posteriormente, foi criado o PNAC - Project for a New American Century (Projeto para o novo século americano): “Trata-se de um grupo extremamente ideológico e político, de extrema direita, estabelecido em Washington, capital do país, fundado em 1997 como uma organização sem fins lucrativos com o objetivo de promover a ‘liderança mundial dos EUA’” (FILOSOFIA E TECNOLOGIA, 2015, p.1).

O mundo viveu, então, um período de polarização entre dois blocos: das nações capitalistas, liderado pelos Estados Unidos, e das socialistas, sob o comando da URSS. A chamada Guerra Fria, estado de tensão permanente entre esses dois grupos, perdurou até o final da década de 1980. Mikhail Gorbachev assumiu o poder da URSS, em 1985, e em 1989 lançou programa de reformas que provocaram transformações radicais no bloco soviético: glasnot (transparência) e perestroika (reestruturação).

Com a queda da Cortina de Ferro e a derrubada do Muro de Berlin, maior símbolo da Guerra Fria, estava selado o fim da URSS, com as mobilizações revolucionárias dos diversos países do Leste Europeu que, ao longo da dominação, mantiveram suas identidades linguísticas, nacionalistas e culturais. O “socialismo real” entrava em crise e o desmantelamento do bloco comunista favoreceu a expansão da doutrina liberal. O passo seguinte foi a expansão do processo de globalização, calcada em novos processos tecnológicos, com especial destaque para as telecomunicações.

Tais inovações tecnológicas também contribuíram para a precarização do trabalho. O chamado teletrabalho, arranjo no qual as atividades laborais são exercidas fora do ambiente da empresa, apesar de ser apresentado, muitas vezes, como vantajoso, pode acarretar significativos prejuízos para os trabalhadores. Esse recurso pode ser utilizado por organizações interessadas em contar com uma força de trabalho localizada em países nos quais a legislação trabalhista é mais leniente e o grau de mobilização sindical é menor. Essa migração dos postos de trabalho causa desemprego em algumas regiões globais e subemprego em outras. Este é apenas um exemplo das contradições que podem ser observadas nos arranjos econômicos e organizacionais surgidos no final do século passado. A despeito de ser apresentado como “moderno” e flexível, costumam, muitas vezes, agravar injustiças sociais e aprofundar problemas nas relações trabalhistas que caracterizam o modo de produção instituído a partir da Revolução Industrial e consolidado nas proposições dos pioneiros estudos de Administração.

O entendimento dos postulados da Teoria Crítica pode auxiliar na compreensão desses problemas. Com a pretensão aparente de promover a prosperidade material das sociedades como os direitos humanos e outras conquistas políticas, a globalização, segundo Bordieu (1998 p.54), “é a extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais”. Horkheimer (1991), ainda mais ácido, entende que o capitalismo, na medida de sua imposição, tende a ser tão totalitário quanto os regimes nazistas e fascista.

3 A grande recessão americana.

O contexto brasileiro

A partir de 1945, por mais de quatro décadas, a bipolaridade entre socialismo e capitalismo dominou a sociedade mundial, com seu enfraquecimento durante a década de 1980, até chegar ao seu fim, em 1991, após 46 anos, fato concretizado com a fragmentação da URSS.

Manifestações ideológicas se processaram, especialmente no mundo capitalista, no qual ser socialista-comunista representava uma espécie de crime hediondo. Essa realidade internacional teve, evidentemente, reflexos no Brasil. Com Getúlio Vargas no poder, construiu-se um Estado dominado por grupos ligados à alta burguesia.⁴ Com o tempo, Vargas passou a demonstrar seu lado autoritário e incoerente, pois sua linha de governo não se ajustava ao liberalismo democrático propagado na época. Os resultados pós-guerra tiveram ressonância em seu governo e o então ditador, apesar de sua pretensão continuísta, acabou por concordar com a própria deposição no final de outubro de 1945 (BRANDI, 1983).

O Brasil mergulhou no contexto da Guerra Fria e do Macarthismo. Os governos populistas brasileiros terminaram por se integrar ao capitalismo internacional com Dutra, Juscelino e Jânio Quadros. Novamente na presidência do país, entre 1951 e 1954, quando cometeu suicídio (24/09/1954), Vargas se diferenciava destes outros três, pois continuava a ansiar por um “nacionalismo possível” no contexto histórico do período (FONSECA, 1989, p.315).

O combate às ideias socialistas passou, também, pela busca de maior eficiência dos processos produtivos, medida que poderia reduzir as pressões por mudanças mais significativas no sistema econômico. Nesse contexto, o governo brasileiro passou a promover iniciativas para a maior profissionalização da gestão organizacional. Ainda em 1954, foi criada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (eaesp), por iniciativa da Fundação Getúlio Vargas que, até então, dedicava-se apenas à Administração Pública.⁵ Sua implementação contou com o apoio do Governo Federal, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada.

O país passou por grande evolução econômica originária de duas vertentes: a primeira, no governo Getúlio Vargas e a segunda, de Juscelino Kubitschek, marcado por projeto de desenvolvimento associado, caracterizado pelo estilo de abertura econômica do tipo internacionalista. Este último serviu de modelo ao desenvolvimento adotado durante a Ditadura Militar (1964-1985) que, conscientemente ou não, liquidou com lideranças e organizações políticas compromissadas com o modelo de capitalismo nacional. Apesar da reserva de mercado, o processo de industrialização experimentou notório crescimento, em grande parte devido à importação de tecnologia norte-americana.

De 1985 a 1994, os diversos governos adotaram medidas econômico-financeiras de cunho neoliberal. Em seu curto mandato (1990-1992), Fernando Collor de Mello promoveu a abertura do mercado à entrada de produtos estrangeiros, a redução das tarifas de importação, a eliminação da reserva de mercado, e desafiou as montadoras ao chamar os carros aqui produzidos de “carroças”. Após o Impeachment de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência de forma interina, de outubro a dezembro de 1992, e em caráter definitivo, em 29 de dezembro de 1992. O Plano Real foi o símbolo da política econômica do Governo Itamar e auxiliou na estabilização econômica do Brasil. Itamar procurou realizar uma gestão transparente, algo almejado pela sociedade brasileira. Para um governo tranquilo, sem turbulências, o presidente procurou apoio de partidos mais à esquerda.

A partir de 1994, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) tratou de envidar esforços na consolidação de instituições e diretrizes econômico-financeiras para completar a instalação do projeto de capitalismo transnacionalizado, segundo as diretrizes teóricas, práticas e ideológicas do neoliberalismo (IANNI, 2000).

4 Antigos oligarcas e industriais em ascensão.

5 Escola Brasileira de Administração Pública, sediada no Rio de Janeiro.

Este autor (2000, p.200) define assim o panorama do país na virada do século XX ao XXI:

desmonta-se o projeto de capitalismo nacional e instala-se o projeto de capitalismo transnacional. Esse é o significado principal da “Reforma do Estado”, compreendendo a criação do “Estado mínimo”, isto é, desregulação, privatização, abertura de mercados, favorecimento de fusões e aquisições de empresas nacionais por transnacionais. Muito simbolicamente, o BNDES, que se havia criado de forma a servir à política de industrialização substitutiva de importações, nos moldes do projeto de capitalismo nacional, é reorientado de forma a favorecer a transnacionalização, ou seja, ao desmonte do projeto de capitalismo nacional.

Tendo em vista a relação orgânica entre essa expansão e o tipo de desenvolvimento econômico globalizante fundado em grandes corporações, graças aos avanços tecnológicos e burocráticos decorrentes, a sociedade organizacional passou a demandar profissionais qualificados com domínio teórico e prático das funções de controlar, analisar e planejar atividades empresariais. Assim, começaram a funcionar os primeiros cursos de Administração pós fgv.

Apesar de a educação e a saúde, entre outros direitos sociais, estarem previstos no artigo 6º da Constituição de 1988,

intensifica-se a privatização dos sistemas de ensino e de saúde, ao mesmo tempo em que se redefinem as relações de trabalho e as condições de funcionamento da previdência, de maneira a favorecer a transformação dessas esferas da “questão social” em espaços de aplicação lucrativa do capital privado, no qual predominam as empresas, corporações e conglomerados transnacionais (IANNI, 2000, p. 200).

No governo Fernando Henrique foram criados mecanismos para facilitar a expansão da rede de ensino superior privado. Ao término de seu segundo mandato, eram 3.520.627 milhões de alunos matriculados em todo o sistema, incluindo instituições públicas (30,8%) e privadas (69,2%). No final do governo Luiz Ignácio Lula da Silva (2003-2010), eram 6.379.298 milhões de estudantes, sendo 25,8% em IES públicas e 74,2% nas particulares (INEP, 2010). Não faltaram, pois, incentivos tanto do Banco Mundial, o patrono das IES privadas, quanto do próprio governo federal, sob as gestões de FHC e Lula.

Em suma, o Brasil nasce no século XVI como província do colonialismo e ingressa no século XXI como província do globalismo (IANNI, 2000).

Os fundamentos da Teoria Crítica

Este estudo está focado nas pesquisas e reflexões desenvolvidas por estudiosos do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, criado na Alemanha em 1923, conhecido como a Escola de Frankfurt, e na conveniência de aplicá-las aos estudos de Administração. Não se cogita, aqui, em uma forma de pesquisa no campo das ciências sociais, mas de buscar entender o papel da crítica no estudo da gestão e suas propostas de transformações organizacionais.

Oficialmente, a expressão Teoria Crítica surge como fruto das reflexões e concepções do ensaio publicado originalmente por Horkheimer e Adorno, em 1937, com o título de Teoria Tradicional e Teoria Crítica (1989). Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas (1989), entre outros pensadores destacados da Escola de Frankfurt, tinham como um de seus objetivos explicar, historicamente, como se dá a organização dos trabalhadores e foram os construtores de uma Teoria Crítica da sociedade. Para tanto, aprofundaram-se nas obras de importantes filósofos e pensadores sociais como Freud, Hegel, Kant, Lukács, Marx, Weber.

Com a frustração decorrente do fracasso das propostas iluministas de construir um mundo



pleno de idealizações, os membros dessa Escola trataram também de eliminar da pauta de trabalho os fundamentos do materialismo dialético da tradição marxista. O comunismo, que prometia um admirável mundo novo, transformara-se em uma ideologia repressiva e burocrática, de divisão do trabalho e de ditadura de Estado, condições não convenientes aos que buscavam resgatar a dignidade do ser humano, sem classes e sem injustiças sociais (HORKHEIMER e ADORNO, 1989).

Przeworski (1989, p.87) argumenta que a luta pelo socialismo resultou, inevitavelmente, no aburguesamento do próprio movimento socialista, ao reproduzir o sistema, que

requer organização; demanda um aparelho permanente, uma burocracia assalariada; exige que o movimento se dedique a atividades econômicas próprias. Com isso, os militantes socialistas forçosamente tornam-se burocratas, editores de jornais, administradores de companhias de seguro, gerentes de casas funerárias (...). Todas essas ocupações são características da pequena burguesia.

Assim, contrárias ao capitalismo e ao socialismo, as reflexões desses pensadores giravam em torno de uma nova resposta teórica para a sociedade que passasse, necessariamente, pelo processo de auto-emancipação e autocriação, sem ensejar a alienação, a burocracia permeável à corrupção e à liderança autoritária (BOTTOMORE, 1983).

A Escola de Frankfurt ao levar em conta o afunilamento crescente entre “base” e “superestrutura”, a crítica da cultura e do desenvolvimento do autoritarismo, ampliou sua área de ação. Levantou problemas relacionados à divisão do trabalho, à burocracia, aos padrões culturais, à indústria cultural, à estrutura familiar, à propriedade e ao controle. Essa ampliação dos termos da referência crítica redundou numa contribuição efetiva da Escola para a transformação da noção do que é o político (BOTTOMORE, 1988).

O objeto dos estudos passou a ser “as superestruturas institucionais dela derivadas, diretamente às determinações culturais emanadas do modo de produção capitalista, caso a sua evolução avassaladora – destinada a destruir todas as demais formas humanas de convívio – não seja detida por outros valores mais altos” (CLEMENTE, 2001, p. 85).

Avesso à razão instrumental e subjetiva dos positivistas, o texto não se reveste de vestimenta meramente teórica, acadêmica – “tem como objetivo algo muito mais elevado do que suprimir a discórdia entre razão subjetiva e objetiva -, mas que as relações entre os seres humanos possam ocorrer sem que haja a exploração do homem pelo homem” (MIRSKI, 1946, p. 4).

Na mesma medida em que esses filósofos reconheciam ter sido fundamental a contribuição de Marx para a economia política, também entendiam ter ela base insuficiente para a compreensão da sociedade contemporânea pós fenômenos do stalinismo e fascismo. Horkheimer e Adorno (1989) reconheciam existir sempre o desejo de que todos participem de maneira justa dos frutos do trabalho, e não apenas uma minoria, além da extensão do reconhecimento pelo mérito das realizações aos anônimos trabalhadores.

Na teoria tradicional, inspirada no modelo cartesiano, “o trabalho do especialista realiza-se desvinculado dos demais, ao posicionar-se alheio à conexão global dos setores de produção, o que faz aparentar a ideologia de uma autonomia dos processos de trabalho” (Horkheimer e Adorno, 1989, p. 39). Na segunda metade do século XX, o distanciamento dos especialistas da realidade dos demais membros de um grupo e sua supervalorização representa uma mazela comum às práticas gerenciais -, fenômeno conhecido como tecnocracia. A despeito do surgimento de modelos participativos de gestão, ainda é grande o distanciamento entre os que pensam e os que produzem. O conceito de “homem boi”, defendido por Taylor - forte e disciplinado, mas que não pensa, não questiona -, revela o papel secundário do trabalhador comum frente aos especialistas alçados a cargos de gerência e assessoria. Mas há outros

aspectos para os quais cabe atentar: a posição filosófica de positivistas e pragmáticos ao considerarem ser responsabilidade da ciência a utilidade de seus resultados, sem levar em conta, na maior parte das vezes, o interesse das pessoas. Vejamos Freire (2006, p. 131):

O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perde, para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico haveria de corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e das mulheres. A questão é ética e política e não tecnológica.

Então, é preciso mudar a realidade atual. Como há muito pouco de natural em nós, além do patrimônio genético, pois somos consequência de um mundo artificial mediado pela cultura, mister se faz refletir sobre as palavras de Marx e Engels (1987, p.25) de que não é a consciência (“vida”) dos homens que determina a realidade, mas é a realidade social que determina a sua consciência. Bakhtin (1986, p.121) nos ajuda nessas considerações ao afirmar: “a enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista de seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social”. Para Morin (2005, p.25), “os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles”. Horkheimer e Adorno (1989), também inspirados em Marx, entendem que a maneira como as pessoas vêem e ouvem é inseparável da vida social na qual estão inseridas e agem como determinantes da consciência. Assim, parece ficar comprovada a tese de que a natureza real do homem é a totalidade das relações sociais (MARX E ANGEL, 1987).

Mister se faz articular os conceitos de sujeito e de consciência, construtos da herança bakhtiniana para as ciências humanas. As concepções de consciência do autor soviético partem do conceito de ideologia, pois, desde que o inconsciente humano está relacionado à classe social, é preciso que haja sua “conversão” ou, que o homem passe pela experiência de “um segundo nascimento: o ‘nascimento social’” - uma consciência com dimensão coletiva e não individual. Nesse caso, “a linguagem vai além de sua ação comunicativa, pois na medida em que a intersubjetividade antecede à subjetividade, os sujeitos constituem-se por meio de inteirações sociais”. Significa ser impossível “pensar a formação humana fora da experiência social, da interação com o outro, do diálogo e das atividades discursivas” (BAKHTIN, 1997, p.99), e enfatiza (p.121): “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior; está situado no meio social que envolve o indivíduo”.

O modo de produção ou sociedade é constituído de uma base material - infraestrutura, que determina em última instância uma superestrutura (instituições, ideias, conhecimento etc.). Nas palavras de Marx (1987, p.29-30):

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual.

Weber (2001, p. 130-131), ao analisar o papel do asceticismo no domínio da moralidade laica, na época ligada às condições tecno-econômicas da produção pelas máquinas, que determinam a vida dos indivíduos nascidos sob este regime - envolvidos ou não com a aquisição econômica -, entendia ele que a sujeição às máquinas iria continuar “até que seja queimada a



última tonelada de carvão fóssil”. A humanidade só permanece refém dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) e nucleares porque a mudança de paradigma ameaça interesses de mega-corporações. Por isso, a degradação da natureza e dos ecossistemas gravemente atingidos ou ameaçados pelo esgotamento de recursos não renováveis e por poluições de toda a espécie, põem em risco a própria existência do homem sobre a terra.

A origem desta crise é conhecida: o modelo de desenvolvimento industrial conduzido sem outro critério de julgamento que não seja a rentabilidade máxima do capital investido, cuja legitimidade era assegurada pela ideologia segundo a qual o crescimento da produção e do consumo era sinônimo de melhoria do bem-estar que beneficiaria a todos os habitantes do planeta a mais ou menos longo prazo (HARRIBEY, 2002).

Em nome do progresso e da busca obstinada do lucro (objetivo instrumental), a humanidade continua a contemplar quase passivamente a destruição da natureza. O poder econômico desapropria o bem comum, por assim dizer, ao explorar impiedosamente os recursos naturais, como se os mesmos fossem renováveis automaticamente. Não existe correlação proporcional entre a excessiva e rápida ação destruidora do ser humano e a capacidade lenta, regenerativa da natureza. O homem tem pressa; a natureza, não. Sobre o assunto, o texto de Bosch (1992, p. 355), é exemplar:

A dominação sobre a objetivação da natureza e do mundo físico na mente e vontade humanas, como defendida pelo iluminismo, apresentou consequências desastrosas. Resultou num mundo fechado, essencial e completamente imutável (...) simples, superficial e fundamentalmente misterioso – uma máquina rigidamente programada. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, em vez de libertar os seres humanos, os tem escravizado. Primeiramente a máquina substituiu a mão de obra escrava, em seguida os seres humanos tornaram-se escravos da máquina. A produção transformou-se no objetivo maior. Como resultado, a humanidade passou a cultivar no altar da autonomia tecnológica.

Diante disso, não basta um conjunto de mudanças nas práticas de gestão, como as que observamos no final do século XX. Conforme as reflexões aqui desenvolvidas, as organizações de trabalho somente deixarão de ser palco de injustiças e deformações quando houver uma reforma mais profunda não apenas nos modelos de gestão, mas também nas próprias bases sociais. O ideal seria que as relações entre os seres humanos ocorressem sem o viés autoritário que permeia a sociedade e as organizações de trabalho. Com essa compreensão e na busca de mudanças, a partir dos conceitos sobre o fenômeno organizacional, está posto o desafio de Horkheimer e Adorno (1989, p.52): “o sentido não deve ser buscado na reprodução da sociedade atual, mas na sua transformação!”.

A cultura iluminista – ciência, educação, sociologia, literatura e tecnologia – têm interpretado muito mal tanto a humanidade quanto a natureza, não somente em alguns aspectos, mas fundamental e totalmente.

Neste caso, mister se faz uma reorientação básica. Temos de nos ver mais uma vez como filhos da Mãe-Terra, irmãos e irmãs uns dos outros. Precisamos pensar holisticamente, não de forma analítica, romper com o dualismo de mente e corpo, sujeito e objeto e enfatizar a simbiose (BOSCH, 1992, p. 355).

Entre a utopia e a tirania do imediatismo econômico, a solução parece ser o fortalecimento de laços que unam crescimento e desenvolvimento sustentável. Para tanto, é preciso interpretar corretamente a afirmativa de que a ciência fará da pessoa humana “o senhor e o possuidor da natureza” (BACON, 1933 apud SANTOS, 2003 p. 25). A visão utilitarista e antropocêntrica tem destruído a natureza e comprometido a sobrevivência do ser humano.

Gestão e Teoria Crítica

Na década de 1970, notou-se o desenvolvimento de diversas abordagens contrárias à predominância da ótica funcionalista nos estudos organizacionais. Pouco a pouco, esses questionamentos cresceram enquanto alternativas analíticas para tais estudos (CLEGG e HARDY, 1999). Destaque para a perspectiva crítica consolidada na década de 1990, no ambiente anglo-saxônico, com a criação e o desenvolvimento da Critical Management Studies (CMS), em português, ECA - Estudos Críticos em Administração (ALVESSON e WILLMOTT, 1996).

Guerreiro Ramos, um dos mais importantes autores brasileiros no campo da Administração, destacou-se por desenvolver uma análise das teorias administrativas ancorada nos postulados da Teoria Crítica. Um dos ideais por ele defendidos vai de encontro à desconstrução da subjetividade dos trabalhadores que se revela subjacente às técnicas gerenciais de integração entre os indivíduos e as organizações. Tais técnicas são, em geral, mal disfarçadas tentativas de priorização absoluta dos interesses corporativos, em detrimento da individualidade dos trabalhadores. A procura de profissionais que “vistam a camisa” é um exemplo claro dessa visão distorcida, na qual a identidade de cada pessoa é substituída por uma adesão radical e acrítica à cultura e aos valores impostos por suas relações profissionais: “A busca de integrar o indivíduo e a organização é um esforço sinistro, que só pode ser levado a cabo às expensas da dimensão substantiva das pessoas” (RAMOS, 1989, p. 79).

Mas Ramos não defendia o afastamento dos trabalhadores dos interesses organizacionais, do radical divórcio entre as ações de cada indivíduo e a busca dos objetivos corporativos. A expressão “homem parentético”, por ele cunhada, denota a ideia de uma pessoa inserida de forma crítica em uma organização. Tal qual uma frase entre parênteses, que faz parte da oração, mas guarda sua identidade própria em destaque, assim deveria ser o indivíduo em relação à organização na qual trabalha, mantendo-se integrado sem perder sua identidade pessoal, sem passar por um processo de coisificação, mas preservando sua capacidade crítica.

Os Estudos Críticos em Administração consideram a organização uma construção sócio-histórica, razão pela qual os ECA têm compromissos com a desnaturalização da administração, em busca do entendimento de como as organizações são formadas, consolidadas e transformadas do interior para o exterior. Por outro lado, segundo Alvesson e Willmott (1996), para se chegar à emancipação é preciso que as pessoas procurem mudar seus hábitos – pessoal, coletiva e progressivamente -, bem como as instituições que venham a impedir o desenvolvimento de sua autonomia e de sua responsabilidade.

Todavia, a gestão organizacional continua fortemente centrada em um único objetivo: o lucro, mesmo que em prejuízo dos interesses maiores da sociedade civil: justiça, desenvolvimento humano, ambiente, ética, solidariedade, qualidade de vida. Diante dessa realidade é imperativo buscar a superação da racionalidade instrumental (lucro) - de predomínio da estrutura sobre os integrantes da organização -, e o estabelecimento de relações que levem em consideração as potencialidades humanas.

Freire (2006, p. 131 e 130) sobre o caminhar conjunto do econômico e do social, entende que a busca pelo lucro a qualquer preço não deveria ser a mola propulsora da organização: “se, de um lado, não pode haver desenvolvimento sem lucro, este não pode ser, por outro, o objetivo do desenvolvimento, de que o fim último seria o gozo imoral do investidor”. Ele é ainda mais contundente em sua crítica ao afirmar que “o desemprego no mundo não é, como disse e tenho repetido, uma fatalidade. É antes o resultado de uma globalização da economia e de avanços tecnológicos a que vem faltando o dever ser de uma ética realmente a serviço do ser humano e não do lucro e da gulodice irrefreada das minorias que comandam o mundo”.



Na ótica da Teoria Crítica, a sociedade seria formada por organizações nas quais predominam processos burocráticos sistematizados, implementados por sistemas automáticos de decisão. É a dominação pela instrumentalidade, o que desestimula a participação ativa, crítica e criativa dos trabalhadores. Na época de sua publicação, o modelo burocrático era a referência básica de estruturação das organizações produtivas, mas tal modelo foi bastante questionado a partir do final do século XX, no contexto das mudanças já destacadas. O governo brasileiro chegou a ter um Ministério da Desburocratização e o Presidente Fernando Henrique anunciou que lutaria pela superação das amarras burocráticas incorporadas pelo Estado desde a época de Vargas. A modernização administrativa do aparato estatal, capitaneada em especial pelo Ministro Bresser Pereira, buscou trazer nova lógica, denominada “administração gerencial”. Essa abordagem revelou-se uma decorrência do ocorrido, na mesma época, nas organizações privadas, que passaram a cultivar valores como flexibilidade e adaptação, pouco compatíveis com a lógica burocrática.

Todavia, o que se viu foi uma mera substituição das amarras burocráticas tradicionais por outros tipos de limitações. A título de exemplo, os processos de certificação da qualidade, objetivo perseguido por muitas organizações, estão fortemente calcados na padronização de procedimentos e no primado da racionalidade instrumental, valorizando rotinas e controles em detrimento de uma reflexão mais profunda sobre valores e consequências substantivas das ações empreendidas. A grande evolução tecnológica e informacional vivenciada nas últimas décadas, tampouco mudou esse panorama. A interconexão constante e o trabalho remoto, por exemplo, têm servido mais de meio de controle do que ferramenta para o bem estar dos trabalhadores e o aumento da qualidade de vida.

Ademais, tais avanços são acompanhados de um processo de desumanização, ao criarem novos meios de rastrear, catalogar, guardar informações sobre tudo e sobre todos, em detrimento da vida privada. A capacitação funcional para o aprendizado do manejo de novas ferramentas de gestão tem como objetivo maior o aumento da produtividade, pois o envolvimento com o trabalho é diuturno e é comum o uso de meios eletrônicos para a continuidade do trabalho, inclusive no âmbito doméstico e nos finais de semana, por meio de celular (WhatsApp), internet, e-mail.

O entendimento, um tanto generalizado, é de que os gestores responsáveis pelas organizações têm interesse de preservar as relações hierárquicas correntes: “Quanto mais aprendem que o discurso atua como uma fonte de controle, mais aumentam suas habilidades de distorcer a comunicação com o objetivo de legitimar e avançar suas próprias vantagens nas organizações” (NORD & JERMIER, 1992, 2006, p. 35).

Bourdier (1998, p. 49-50) generaliza o papel da gestão “domesticada” ao declarar:

A lei do mercado ratifica e glorifica o reino daquilo que se chamam mercados financeiros, isto é, à volta a uma espécie de capitalismo radical, cuja única lei é a do lucro máximo, capitalismo sem freio e sem disfarce, mas racionalizado, levado ao limite de sua eficiência econômica. Pela introdução de formas modernas de dominação, como o management, e de técnicas de manipulação, como a pesquisa de mercado, o marketing, a publicidade comercial.

O argumento de Bourdier encontra sustentação no fato de que sem essa domesticação via controle, o processo de acumulação poderia ser prejudicado o que significaria, provavelmente, a ruína do capitalismo. Este, para sobreviver, precisa cultivar a dominação nas relações de produção o que exige da empresa um reinventar sistemático dessas relações por intermédio da qualificação e requalificação de seu pessoal (FARIA, 2002).

Nesse contexto, a atividade grupal é uma instância para se compartilhar talentos voltados ao apoio dos colegas de trabalho. A maneira diversificada de pensar, criticar e tomar decisões fortalece as equipes; a empresa respeita e valoriza as pessoas com opiniões, experiências e origens diferentes; as chamadas equipes auto gerenciáveis atuam na regulação de uma série de fatores que afetam a organização do trabalho no interior do grupo, além de assuntos internos como a seleção dos membros até a escolha do líder; levando-se em consideração que, no ambiente organizacional interno, a autonomia será sempre limitada pela estrutura organizacional hierarquizada;

Aqui, Horkheimer e Adorno (p. 37) são taxativos: “A aparente autonomia nos processos de trabalho, cujo decorrer se pensa provir de uma essência interior ao seu objeto, corresponde à ilusão de liberdade dos sujeitos econômicos na sociedade burguesa”. Então é preciso concordar com David Hume (1990, p. 572) em sua declaração de que “aquilo que habitualmente se chama de ‘liberdade’ nada mais seria que a simples ‘espontaneidade’, ou seja, a não coação externa.”

Assim, tudo indica que as paralelas que separam as organizações burocráticas das flexíveis se unem quando se trata de promover a participação das pessoas. Enquanto os meios de controle são visíveis nas burocráticas, as flexíveis engendram novas formas sutis, despercebidas praticamente pelo conjunto de trabalhadores: “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilização produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam” (SENNETT, 2001).

A afirmação de que o ser humano não deve ser sacrificado, não se aplica ao ambiente globalizado do “vale tudo”, dominado pela competição, pelas longas jornadas de trabalho e pelo cumprimento de metas estabelecidas pelo plano estratégico. Eis dois exemplos dramáticos, certamente não isolados:

1º) O caso da Renault. No primeiro trimestre de 2007, ocorreram três suicídios na montadora da Renault, na França, decorrentes da grande pressão exercida sobre os 8.000 engenheiros e técnicos. Seu principal executivo, Carlos Ghosn, argumentou que “questionar as metas seria arriscar o futuro da empresa. Ghosn, juntamente com suas lideranças e representações dos dois sindicatos, criou uma comissão para formar gerentes em gestão do estresse”. Uns dias antes ele havia afirmado que “a Renault não tem o direito de fracassar, mas um funcionário pode fracassar”, e reafirmou o “envolvimento pessoal” para encontrar soluções (LAUER, 2007).

2º) O caso da Toyota. A sobrecarga de trabalho institucionalizada no Japão está disseminada por todo o país. Ninguém sabe dizer ao certo onde ou quando a palavra Karoshi surgiu, mas contam que ela existe desde os tempos antigos no Japão, Calcula-se que 1/3 dos japoneses trabalha mais de 12 horas por dia, parte desse período sem remuneração, pois as empresas as consideram “trabalho voluntário”. Somente a partir da década de 80 é que o governo japonês passou a reconhecer as mortes decorrentes do excesso de trabalho (karoshi), com a criação de leis impondo penalidades às empresas que expunham seus funcionários a jornadas excessivas. As empresas reduziram as jornadas constantes dos contratos de trabalho, mas passaram a obrigar os empregados a trabalhar horas a mais sem remuneração. Quem não concordasse seria demitido. O número de mortes por excesso de trabalho tem chegado a uma assustadora média de 200 por ano, de acordo com dados recentes do Ministério do Trabalho. O karoshi, que atingia trabalhadores entre 50 e 60 anos, agora vitima pessoas na faixa de 20 a 30 anos (LIMA, 2008).

Enquanto a dimensão gerencialista utiliza a racionalidade instrumental para orientar os gerentes no trato do estresse, melhorar a eficácia e eficiência organizacionais com vistas ao lucro, a ótica crítica busca explorar a natureza da administração estratégica - discurso e prática -, suas raízes históricas e sua constituição.



Portanto, a limitação dos enfoques ortodoxo e processual, do ponto de vista de uma perspectiva crítica, é a sua falha em analisar a administração estratégica como condição e consequência de amplas formas institucionalizadas de dominação. Os objetivos da produtividade continuam a ser perseguidos sob a lógica instrumental e da continuidade dos mecanismos de opressão, sem maiores compromissos com a perspectiva emancipatória dos trabalhadores e com os aspectos subjetivos decorrentes. A pergunta é como desalojar as estruturas organizacionais do modelo econômico vigente, do guarda-chuva da administração racional, que abriga inclusive as associações sem fins econômicos? A resposta pode estar no combate à racionalidade formal da burocracia, nos termos weberianos, pois, se eliminada, pode contribuir de maneira eficaz para a extensão dos níveis de autonomia, responsabilidade e compromisso funcionais. Tal combate, todavia, não pode ser uma simples substituição superficial de suas bases pela flexibilidade gerencialista, conforme já destacado.

Foucault (1988, p.88) não considera a questão tão simples, pois o poder não é tangível e jamais poderá ser encontrado em uma superestrutura como formas terminais do exercício do poder, mas trata-se de uma correlação de forças que está presente nas microestruturas sociais: "... não o entendo como um sistema geral de dominação exercido por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro". Mas Tragtenberg (2006, p. 45), que se dedicou à análise da teoria da administração como uma ideologia, adverte: "esse campo do conhecimento dedica-se ao estudo da legitimação burocrática do poder. Este possui caráter repressivo, dada sua ênfase no controle sobre o homem."

Outro aspecto a ser considerado é que não seria razoável considerar o procedimento gerencial como universal e inerente ao cargo, o que equivaleria a desconsiderar as várias divisões organizacionais e sociais que compartilham o processo decisório, sem se falar no fato de que os próprios gestores também são gerenciados. Na organização, o processo decisório é sempre dependente da política ou da estrutura determinadas em contrato, estatuto, assembleia, por intermédio de marcos regulatórios oficiais etc.

Alvesson e Willmott (1996, p. 81) entendem que

A Teoria Crítica não é inerentemente ou infatigavelmente "antigestão" O intento da TC não é ser indulgente com o projeto utópico de eliminar a hierarquia, de remover divisões especializadas de trabalho ou até mesmo de abolir a separação da gestão e de outras formas de trabalho. Ao contrário, sua aspiração é incentivar o desenvolvimento de organizações em que as comunicações e o potencial produtivo sejam progressivamente menos distorcidos por relações de poder socialmente opressivas e assimétricas.

Nestes termos, a expectativa utópica demandaria uma nova ordem social centralizada no ser humano e não o capital.

Educação: aprendizagem reflexiva rumo à emancipação

Em 2013, no ranking dos 10 maiores cursos de graduação em número de matrículas, a Administração aparece em primeiro lugar, com 800.214 estudantes (INEP, 2013). Na percepção de alguns estudiosos dos currículos, porém, nota-se um nítido envelhecimento de disciplinas por não acompanharem as mudanças no cenário socioeconômico ou, quando o fazem, limitam-se a referenciá-las na teoria sistêmica e contingencial, como ocorre com a Teoria Geral da Administração, por exemplo (REIS, e TURETA, 2006).

Grande parte dos programas de ensino nas escolas de Administração reforçam, mesmo de forma tímida, incompleta e superficial, teorias do mainstream (discurso dominante) funcionalista. Mas alguns teóricos brasileiros como Fernando Prestes Motta, Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg, iniciaram a tradição crítica na área de administração e influenciaram

diversas pesquisas do campo (VIEIRA e CALDAS, 2006).

Sob o aspecto epistemológico, a gestão é considerada a aplicação de conhecimento técnico profissionalizante e administrativo na formação de especialistas. Pode-se dizer que o mesmo fenômeno ocorre na área do Direito, pois seu currículo enfatiza o direito positivo e uma carga horária relativamente reduzida em Filosofia do Direito.

Se a educação técnica pode não ser necessária a todos, o mesmo não se pode dizer da educação humanista. Por isso, “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: seu caráter formador” (Freire, 2006, p. 131). Sendo preponderantemente ideológico, esse elemento para a educação formal praticado por instituições de ensino superior (IES), representa uma séria ameaça ao desenvolvimento dos estudos da administração crítica.

Em linhas gerais, a educação deveria promover o crescimento e ajudar o indivíduo a tornar-se pessoa, isto é, a constituir-se eticamente, ampliando seu valor e fazendo-o consciente dele. A educação da pessoa apresenta-se como um a priori, um ideal: o de chegar a ser pessoa (WERNECK, 1996). Tal valor não consiste, nesse plano, em algo que se pode querer ou não, mas como um dever-ser - imperativo categórico, opção legítima e adequada a promover o valor pessoal e comunitário do ser humano: “o homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação” (KANT, 1989, p. 15). Ao objetivar a pessoa, a escola transmite o amor pelo belo, bom, justo e verdadeiro, ao ensinar a amar o que deve ser amado, e não compactuar com o erro (WERNECK, 1996). Daí a função da escola de ir além da apropriação da cultura acumulada e da competência técnica.

Com a escolarização da graduação, o ensino está centrado em um conjunto de técnicas de transmissão de informações, conhecimentos e adestramentos, ministrados em grande parte por docentes profissionais liberais. O tecnicismo precisa ser humanizado; o racionalismo e o utilitarismo não podem ter a si mesmos como fim, pois, segundo Habermas (2004), a educação é a arma principal contra os perigos da globalização.

Mas há outro vício importante: o reducionismo que transforma tudo que é complexo em coisa simples, por termos aprendido de forma segmentada, sem interação interdisciplinar e sem articular os conhecimentos. Vejamos Morin (2000, p. 43):

A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional. É uma inteligência míope que acaba por ser normalmente cega. Destrói no embrião as possibilidades de compreensão e de reflexão, reduz as possibilidades de julgamento corretivo ou da visão a longo prazo. Por isso, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior é a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; mais os problemas se tornam planetários, mais eles se tornam impensáveis. Incapaz de considerar o contexto e o complexo planetário, a inteligência cega torna-se inconsciente e irresponsável.

Chauí (2001, p. 191) acrescenta: “o verdadeiro projeto educativo sai de cena para dar lugar a algo que mais se aproxima de um projeto de desenvolvimento econômico: desapareceu (...) a marca essencial da docência: a formação.”

Para Einstein (2015, p. 16),



Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto (...) Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar exato em relação a seus próximos e à comunidade.

Tal aprendizado tem sua origem na atividade mental que não é autônoma, mas dialógica, de construção e reconstrução, e depende fundamentalmente do dialogismo e da intertextualidade, conforme Bakhtin (1994, p.14):

Tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala, o que nos leva à socialização do conhecimento e à relatividade da autoria individual.

Interdisciplinar pela própria natureza, a Teoria Crítica é uma alternativa ao modo de gerar conhecimento, pois a integração, ou seja, várias disciplinas utilizadas em um mesmo projeto pedagógico, poderiam superar a excessiva especialização. De um modo geral, é bastante provável que poucos estudantes sejam capazes de associar os conteúdos das diferentes disciplinas. Na mesma linha, Freire (1985, p. 12) acrescenta: “A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. Para este educador (1977, p. 42) pode-se obter meios para vincular o conhecimento à prática, e encontrar seu lócus no conjunto da estrutura social. Tal “integração resulta da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida da vontade de transformá-la a que se junta a de optar, cuja nota fundamental é a criticidade”.

Mas de que prática vinculante está-se falando? Como se sabe, o discurso pragmático-empresarial também procura aproximar o conhecimento da aplicação. Assim, mais uma vez “é preciso apelar para a dialética, pois, no caso, a interdisciplina possibilitaria o conhecimento da totalidade ao qual a dialética se refere, e sem o qual o social em seu conjunto não é compreensível” (JANTSCH e BIANCHETTI, 1985, p. 130). Não se trata apenas de uma ampliação do saber, mas de “libertar” o homem, para dar guarida à valorização das dimensões sociais e políticas, o que deveria incluir os problemas fundamentais e globais, que possam desvelar o que se encontra oculto pelo gerencialismo.

A interdisciplinaridade tem a ver com o uso do materialismo dialético e histórico no campo da ciência. Na realidade, a ausência destes faz com que a interdisciplinaridade seja usada como forma de aumentar artificialmente a relação entre áreas de conhecimento. Tais áreas têm alto nível de intercomunicação na realidade objetiva do mundo, mas foram desenvolvidas fragmentariamente, dentro de uma metodologia e de uma classificação de ciência positivistas (FREITAS, 1989, p. 106).

Para ser bem sucedida, essa caminhada depende da construção de outro norte, de um caminho novo, pois, sem novos paradigmas é impossível recriar a realidade criticamente. Como exemplo do desafio a ser buscado, citamos o texto da Política Acadêmica da Universidade Metodista de Piracicaba (1996, p.21):

A ética que rege o Projeto Pedagógico – a construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil – deve ser compreendida como a utopia a ser buscada no universo unimepiano e na relação com o conjunto da sociedade. Com isto, transforma-se numa tese aberta enquanto possibilidade de ação para a transformação conjuntural e estrutural da sociedade que relega o homem à condição de objeto de exploração e opressão.

Esse poderia ser um caminho para se trabalhar na Administração a noção de emancipação – o fulcro da Teoria Crítica -, agregada à prática transformadora, pois não se consegue mostrar as coisas como realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser. Neste caso, ter-se-ia a possibilidade de que os futuros gestores, formadores de opinião em suas comunidades laborais, pudessem contribuir para a construção de um mundo melhor, de respeito, solidariedade, empatia e valorização do ser humano, no qual suas potencialidades fossem realizadas com a identificação e rompimento dos obstáculos e a neutralização das forças que impedem intencional e deliberadamente a realização do “dever ser” – ou seja, da realização concreta de possibilidades pelo mundo social.

Mas há outro problema: na produção acadêmica a reflexão crítica é minoritária, cedendo lugar à gerencial funcionalista voltada em especial ao interesse técnico. As produções de autores nacionais, salvo exceções, ainda são sistemáticas e qualitativas (sem a ótica da dominação). A maior parte dos textos sobre o assunto são livros traduzidos, cujos autores, em sua maioria, escrevem sob o viés da ideologia dominante. A consequência disso é a utilização sistemática de referenciais nem sempre afinados com a realidade brasileira, além da recorrência a conteúdos cuja qualidade e pertinência vem sendo questionada pelos próprios pesquisadores norte-americanos (PAULA e RODRIGUES, 2006, p.3).

Isto posto, cabem aqui algumas reflexões gerais, fruto de nossa experiência em diversas instituições de ensino:

- os currículos são basicamente focados em interesses instrumentais e de mercado;
- o sistema de educação não deve limitar-se à retransmissão de conhecimentos já disponíveis, mas que os estudantes sejam instigados a buscar “experiências de aprendizagem”, que se interessem pela pesquisa e saibam acessar dados de variadas fontes. Por outras palavras, é preciso que ocorra um salto evolutivo do ensino à aprendizagem (Assman, 1998);
- o uso de receitas prontas leva os estudantes a aprenderem a reprodução de técnicas e a lidar com o que está explícito. Em vez da realização de diagnósticos e análises que deem segurança ao processo decisório; conferem poucos incentivos à autonomia e ao autodidatismo dos estudantes (CHIA, 2000);
- os estudantes não são levados a desenvolver a capacidade de pensar criticamente e nem de organizar conhecimentos para a solução de problemas. Para Chauí (2001, p.62), “A universidade está estruturada de tal forma que sua função seja: dar a conhecer para que não se possa pensar. Adquirir e reproduzir para não criar”;
- a cultura científica e técnica praticada “parcela, desune e compartimenta os saberes, tornando cada vez mais difícil sua contextualização” (MORIN, 2000, p. 41);
- o ensino das humanidades é o primeiro a ser eliminado em tempos de dificuldades financeiras institucionais (CHIA, 2000);
- docentes e discentes ao reconhecerem que nenhum valor educacional é politicamente neutro, a educação ambiental para a sustentabilidade deveria estar associada às orientações ambientalistas, fundamentalistas e moderadas, com avaliação crítica contínua desta teoria e seus argumentos (HARRIBEY, 1997);
- o ensino não pode ser reificado, transformado em mercadoria educacional, o que o afasta de seu papel social;
- nos cursos noturnos das IES particulares, as salas costumam estar superlotadas, com alunos cansados, dispersos e desinteressados.

Diante do exposto, é preciso reconhecer a fragilidade da estrutura curricular dos cursos de Administração, ao formar tecnocratas, burocratas que não conseguem se aprofundar na compreensão dos fatos devido à imaginação limitada e à pouca capacidade de gerar soluções alternativas que possam provocar mudanças sociais de valorização do ser humano.

É possível sonhar e administrar ao mesmo tempo

O mercado e sua racionalidade técnica são defendidos por muitos como a única via capaz de dar conta dos problemas básicos da sociedade civil. Um exemplo notável foi dado por um dos ministros na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao afirmar que a população precisaria se sacrificar para acalmar o mercado. Trata-se, portanto, de uma completa inversão de valores: o ser humano passa a subordinar-se aos interesses econômicos desse ente chamado mercado, o qual acaba sendo deificado.

Mas, essa tentativa de padronização peca ao deixar de considerar outras formas de interação social a partir de uma lógica organizacional não utilitarista, mas “participativa e dialógica na qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (Tenório, 1998, p.16).

É o caso da Economia de Comunhão na Liberdade (EdC),⁶ iniciativa surgida no contexto histórico mundial pós-queda do Muro de Berlim. O drama da 2ª Guerra Mundial levou a italiana Chiara Lubich a intuir que homens e coisas se recomponham numa nova ordem. A organização, por valorizar a gestão com pessoas, pode representar um exemplo de caminho alternativo.

A EdC é um novo paradigma de humanização da economia e das organizações de trabalho. Reúne empresas inseridas na economia de mercado, governadas não pela troca de equivalentes como defende a corrente utilitarista, mas pela reciprocidade e nesta, as transações não são separadas das identidades daqueles que as originaram e ainda, situam-se dentro de um modelo econômico humanizado, estimulador de comportamentos pró-sociais mais eficientes do que o atual.

Em 2008, a EdC abrangia empresas de pequeno e médio porte na seguinte proporção: associações (2%), cooperativas (5%), firmas individuais (48%), sociedades limitadas (8%), sociedades anônimas (37%), localizadas em cinco continentes: Europa (455), Ásia (42), África (4), América (250) e Oceania (5). Atualmente, há mais de 800 empresas de EdC, sendo 501 na Europa, 43 no continente asiático, 25 na África (das quais 16 surgiram em 2012) e 292 no continente americano. A partir de 2009, apesar da crise econômica, ocorreu novo crescimento dessas empresas. No Brasil há 170 localizadas nas regiões sul, sudeste, norte e nordeste. Existem também sete polos produtivos, sendo dois no Brasil (Cotia/SP e Igarassu, no Recife); um em cada país: Bélgica, Argentina, Itália; Portugal e Croácia. Tudo indica que a espiritualidade, mola propulsora da proposta Focolares, não deve ser tratada como um caso isolado, mas objeto de pesquisas mais amplas, com interfaces interdisciplinares: sociologia, antropologia, filosofia etc. No âmbito acadêmico, existem mais de 500 trabalhos entre teses, dissertações e monografias registrados, em 12 línguas e 26 países diversos, sobre a Cultura da EdC. Mais de 180 delas são encontradas nos sites www.ecodicom.net e www.edc-online.org/br

Apesar de seus 23 anos o projeto não se consolidou totalmente, mas continua com seu potencial de um futuro promissor. Os estudos e pesquisas no campo acadêmico podem contribuir para que os futuros empreendedores encontrem soluções viáveis de gestão em suas próprias organizações em novos moldes administrativos, econômicos, financeiros e sociais (PUCSP, Cátedra Ignacy Sachs... 2015).

O paradoxo da EdC é de conciliar realidades normalmente opostas: mercado e partilha, lucro e solidariedade, administração empresarial e participação dos trabalhadores.

Considerações Finais

A expectativa é de que esta apresentação sucinta da Teoria Crítica contribua com os cursos de Administração, historicamente vinculados à reprodução do conhecimento, ao estimular docentes e discentes a construir juntos uma reinterpretação crítica da gestão e da teoria organizacional sem deixar de levar em conta os aspectos econômicos, políticos e sociais envolvidos. O trabalho buscou explorar conceitos e pressupostos dos estudos críticos no sentido de esclarecê-los, pois o desconhecimento das principais características da Teoria Crítica limita a possibilidade de incorporá-la aos programas de ensino em Administração.

Constata-se que os currículos desses cursos carecem de atualização, pois estão focados em interesses instrumentais e de mercado, tendo como referências bibliográficas livros textos de produção norte-americana, nem sempre adequados à realidade brasileira. O uso de receitas prontas leva os estudantes a um comportamento limitado, de simples reprodução de técnicas generalistas, em vez da realização de diagnósticos e análises que dêem segurança ao processo decisório. Esse é um problema grave, apesar do surpreendente número de cursos/de especialização em Administração (MBAs), se considerarmos a exigência das grandes corporações por profissionais de alto nível.

O objetivo da Teoria Crítica é a valorização da individualidade e o fortalecimento da pessoa no conjunto dos elementos ativos constantes na razão emancipadora, em busca da realização de suas potencialidades, libertando-a dos sistemas e controles que cerceiam sua liberdade: “Se é verdade que a libertação individual não pode operar-se senão na sociedade e por ela, também não deve visar a um ideal abstrato de humanidade, mas às pessoas singulares que formam a humanidade” (NOGARE, 1990, p. 105).

O lado sinistro dos avanços tecnológicos: a origem e o resultado da pobreza entre as famílias concentradas em espaços precários nos grandes aglomerados urbanos, a violência e as conseqüências da degradação da natureza, são assuntos que precisam ser tratados adequadamente na Administração, para que se possa prover aos estudantes a consciência crítica necessária para o confronto com esses problemas graves. Assim, mister se faz transformar a relação do homem com a natureza, com outros homens e com um universo de valores éticos e morais para além da ânsia do lucro e do consumo.

O exemplo da EdC, certamente entre muitas outras que operam sob a ótica da valorização humana, são verdadeiramente paradigmáticos, pois podem abrir espaço inusitado de interação social entre capital e trabalho.

Mas é preciso afastar o pessimismo em relação às mudanças nas relações humanas no trabalho e retomar a esperança de que é possível eliminar “a petulante messianização neoliberal do mercado como saída, única e completa, para as necessidades e desejos humanos” (Assmann, 1996, p. 137).

É tempo de voltar a Adam Smith, em especial ao aspecto considerado mais importante de seu livro, Teoria dos sentimentos morais: A dualidade entre egoísmo e altruísmo, que vê o ser humano como uma criatura movida por paixões e ao mesmo tempo auto-regulada pela sua capacidade de pensar (acrescente-se a capacidade humana da simpatia). Estes pólos contraditórios, - egoísmo e altruísmo -, tanto conduzem os homens a agir uns contra os outros, quanto os levam a criar “instituições que tendem a promover o bem-estar público”, mas os seres humanos não são “naturalmente” solidários. Há quem defenda a tese de que o problema passa pelo viés religioso: no cristianismo, conforme relato bíblico, o homem “nasce do pecado” e para ser confiável, solidário e fraterno para com seu semelhante, precisa passar



por “um novo nascimento:” a conversão; já no budismo, o homem nasce bom; por isso, é responsável e confiável.

Smith escreveu em Teoria a célebre consideração que repetiria no clássico A riqueza das Nações: os homens egoístas ao empregar os trabalhos de muitos para satisfazer seus próprios desejos, “são conduzidos por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais entre todos os seus moradores” (p. 226). Ele confia no “homem interior”, no “sentido moral”, e os incita “a procurar meios de promover a felicidade da sociedade” (p. 229).

Enfim, não seria razoável ficar no simples discurso da resistência crítica, mas de “ocupar de forma criativa os acessos ao conhecimento disponível e de gerar, positivamente, propostas de direcionamento de processos cognitivos – dos indivíduos e das organizações coletivas – para metas vitalizadoras do tecido social” (ASSMANN, 2001, p. 27). Para tanto, os gestores precisam olhar criticamente as questões relacionadas à subjetividade das pessoas que incorporaram suas organizações a seus projetos de vida.

A contribuição dos estudos críticos pode ser sintetizada no empenho em desvelar e propor alternativas aos mecanismos ideológicos subjacentes dos discursos vazios de qualidade de vida no trabalho, liderança, trabalho em equipe, gestão com pessoas, que apenas reforçam e perpetuam formas de opressão do homem pelo homem.

Referências

ALVESSON, Mats & WILLMOTT, Hugh. On the idea of emancipation in management and organization studies. *Academy of Management Review*, v. 17, n. 3, 1992.

ASSMANN, Hugo. *Metáforas Novas para Reencantar a Educação*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.

_____. *Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8.ed. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARROS & FIORIN, José L. (Org.). *Dialogismo, Polifonia, Interdisciplinaridade*. São Paulo: Editora USP, 1994.

BOSCH, D. J. *Transforming Mission – paradigm shifts in theology of mission*. New York: Orbis Books, 1992.

BOTTOMORE, Tom. (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos – Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHIA, Robert. Teaching paradigm shifting in management education university business schools and the entrepreneurial imagination. *Journal of Management Studies*. V. 33, n.o 4, p. 409-238. 2000.

CLEMENTE, A. C. *Um panorama da modernidade: origens, formação e perspectivas*, in *Impulso*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

DEMO, Pedro. *Desafio da competência humana para trabalhar*. Disponível em: <www.projetoe.org.br/tv/prog02/html/ar_02_01.html> Acesso em: 30 mar. 2011.

EINSTEIN, Albert. Como vejo o mundo. 11 ed. Tradução de H. P. de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A nova ciência das organizações. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

FARIA, J. Economia Política do poder. Curitiba: Juruá, v. 2, p. 48, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar D. Vargas: O capitalismo em construção - 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FILOSOFIA E TECNOLOGIA... 2015. Disponível em: <Error! Hyperlink reference not valid.. Acesso em: 25 jun.2015.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos de. A questão da interdisciplinaridade. Notas para a reformulação dos cursos de pedagogia. Vol.29, p.102. Educação & Sociedade, 1989 (33):105-131.

GALLO, Sílvio. Transversalidade e Educação: Pensando uma Educação não Disciplinar, 2006. Disponível em: <www.educacao.es.gov.br/download/roteiro2.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2011.

HARRIBEY, Jean-Marie. Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana, 2002. Disponível em:<http://resistir.info>. Acesso em 12/abr./2007.

HOBSBAWN, E. Sobre História. São Paulo: Editora Schwarcz, 2001.

HOKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. Textos Escolhidos. Tradução de Zeljko Loparié et al. São Paulo: Nova Cultural, 1989, Col. Os Pensadores.

HUME, David. Vida e Obra. Coord. Editorial: Janice Florido. São Paulo: Nova Cultura, 1999, Col. Os Pensadores.

_____. O fundamento aracional da moral. São Paulo: Paulinas, 1990 (Coleção filosofia).

IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-nação. In: Estudos avançados. vol.14 n.40. São Paulo. Set./dez. 2000. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300006>. Acesso em: 5 ago.2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. INEP, 2010.

JANTSCH, Ari Paulo e Bianchetti, Lucídio (Org.). Interdisciplinaridade – Para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.

KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia. Tradução de: F. C. Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1999.

LAUER, Stéphane. Artigo do “Le Monde”, na Gazeta Mercantil. Dinheiro B15, de 3 mar /2007.

Le GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

- LIMA, R. Tragédia na virtude. In: Revista Veja, ed. 2042, p.78, jan./2008
- LUKÁS, Györg. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MACEDO, Donaldo e BARTOLOMÉ, Lília. A globalização como uma forma de colonialismo: um desafio para os educadores e as educadoras. In: Escola Cidadã no Contexto da Globalização. p.11-32. Luiz Heron da Silva (org.). Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Tradução de J.C. Bruni e M.A. Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MIRSKI, Dmitri S. Lênin: sua vida e sua obra. Trechos Escolhidos sobre Filosofia. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1946.
- MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. Tradução de Catarina Eleonora. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- NOGARE, Pedro D. Humanismo e anti-humanismo: introdução à antropologia filosófica. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- NORD, W. & JERMIER, J. "Critical social sciences for managers? Promising and perverse possibilities". In: ALVESSON, M. & WILLMOTT, H. (eds.) Critical Management Studies. London: Sage, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PUC-SP. Cátedra Ignacy Sachs... Economia da Comunhão, 2015 Disponível em: <<http://www.pucsp.br/catedraignacysachs/economia-de-comunhao.html>>. Acesso em 9 mar.2016.
- SANTOS, Boaventura de S. Um discurso sobre as ciências. 5.ed. Editora Cortez. São Paulo, 2003.
- SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. 5a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SMITH, Adam. Teoria dos sentimentos morais. Tradução de Lya Luft. Revisão Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TENÓRIO, Fernando G. Gestão. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. São Paulo: UNESP, 2006.
- UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. Projeto Acadêmico. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.
- VIEIRA, Martha. M. F.; CALDAS, Miguel P. Teoria Crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. Revista de Administração da Empresas (RAE/FGV), v. 46, n° 1, 2006.
- WERNECK, Vera Rudge. Educação e sensibilidade: um estudo sobre a teoria dos valores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.